**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E CONTAS VINCULADAS EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS**

entre

**CORPÓREOS – SERVIÇOS TERAPÊUTICOS S.A.**

*como Cedente Fiduciante,*

**SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

*como Agente Fiduciário representando a comunhão de Debenturistas,*

***AGENTE DE ONERAÇÃO***

*como Agente de Oneração,*

*e*

**MPM CORPÓREOS S.A.**

*como Interveniente Anuente.*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Datado de

[●] de [setembro] de 2022

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

# INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E CONTAS VINCULADAS EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS

O presente instrumento é celebrado entre as partes a seguir identificadas e qualificadas:

1. **CORPÓREOS – SERVIÇOS TERAPÊUTICOS S.A.,** sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida dos Eucaliptos, nº 762, Indianópolis, CEP 04517-050, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“**CNPJ/ME**”) sob o nº 08.845.676/0001-98, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“**JUCESP**”) sob o NIRE 35.300.518.250, neste ato representada por seu representante legal devidamente constituído nos termos de seu estatuto social e identificado na respectiva página de assinatura deste instrumento(“**Cedente Fiduciante**” ou “**Cedente**”);

de outro lado,

1. **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,** instituição financeira, neste ato por sua filial, com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, Bloco B, conjunto 1.401, Itaim Bibi, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, neste ato representada por seu representante legal devidamente constituído na forma de seu contrato social e identificado na respectiva página de assinatura deste instrumento (“**Agente Fiduciário**”), na qualidade de representante dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definido) (“**Debenturistas**” ou “**Credores**”);

como agente de garantias,

1. **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,** instituição financeira sociedade por ações com domicílio na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, n° 1.052, 13° andar, Sala 132, parte, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 36.113.876/0004-34, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social **(“Agente de Oneração”)**;

e, como interveniente anuente,

1. **MPM CORPÓREOS S.A.**, sociedade por ações, com registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, como categoria “A”, nos termos da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 80**”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida dos Eucaliptos, nº 763, sala 02, Indianópolis, CEP 04517-050, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 26.659.061/0001-59, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESP sob o NIRE 35.300.498.607, neste ato representada por seu representante legal devidamente constituído nos termos de seu estatuto social e identificado na respectiva página de assinatura deste instrumento (“**Emissora**”);

A Cedente Fiduciante, o Agente Fiduciário, o Agente de Oneração e a Emissora são doravante denominados, em conjunto, como “**Partes**” ou, individualmente, como “**Parte**”.

**CONSIDERANDO QUE**:

* 1. em Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 12 de agosto de 2022 (“**RCA da Emissora**”), cuja ata foi publicada no jornal “Diário Comercial” (“**Jornal de Publicação da Emissora**”) em 23 de agosto de 2022, e foi devidamente registrada na JUCESP em 19 de agosto de 2022 sob o nº 428.229/22-0, e em rerratificação da RCA da Emissora realizada em [●] de [setembro] de 2022 (“**Rerratificação**” e, em conjunto com a RCA da Emissora, as “**Aprovações Societárias Emissora**”), cuja ata [será/foi] publicada no Jornal de Publicação da Emissora [em [●] de [setembro] de 2022], e [será/foi] devidamente registrada na JUCESP [em [●] de [●] de 2022 sob o nº [●]], nos termos do artigo 62, inciso I, e do artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações, foram aprovadas, dentre outras matérias: (a) os termos e condições da realização da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora (“**Emissão**” e “**Debêntures**”, respectivamente), para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei do Mercado de Valores Mobiliários**”), da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“**Instrução CVM 476**”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, no valor total de R$615.000.000,00 (seiscentos e quinze milhões de reais) na Data de Emissão, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures (“**Oferta**”); e (b) a autorização à diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações das Aprovações Societárias Emissora, incluindo, a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido) e o presente Contrato de Garantia (conforme abaixo definido), bem como eventuais aditamentos a estes documentos e demais documentos da Oferta, e ainda, para a contratação de todos os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas na Escritura de Emissão e nos demais documentos da Oferta, conforme disposto no artigo 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”). [**Nota LDR**: tendo em vista a alteração da espécie das debêntures, do objeto desta cessão fiduciária, bem como de ajustes da remuneração, será necessária a realização de rerratificação da RCA da Emissora.]

* 1. a constituição da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida) pela Cedente, bem como a assinatura deste Contrato de Garantia, e os eventuais aditamentos aos referidos documentos, dentre outros, são realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Cedente, realizada em [●] de [setembro] de 2022 (“**AGE da Cedente**”);
  2. a Emissora [realizou] *{ou}* [realizará] a Emissão das Debêntures, conforme as características e condições descritas no *“Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da MPM Corpóreos S.A.”*, celebrada pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pela Cedente, em [●] de [●] de 2022 (“**Escritura de Emissão**”), a qual será arquivada na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e no Cartório de RTD (conforme definido abaixo), nos termos dos artigos 129, 130, parágrafo 3°, e 131 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada;

* 1. nos termos da Cláusula 6.1.1 da Escritura de Emissão, a Cedente obrigou-se a constituir em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definidas), a cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos sobre as Contas Vinculadas (conforme abaixo definido);

* 1. fazem parte da Oferta os seguintes documentos: (i) a Escritura de Emissão; (ii) o presente Contrato; e (iii) o “*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, Para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos de Distribuição, da 2ª (Segunda) Emissão da MPM Corpóreos S.A.*”, [a ser celebrado] *{ou}* [celebrado, no dia [●] de [●] de 2022], entre a Emissora e os coordenadores da Oferta (“**Contrato de Distribuição**” e, quando em conjunto com a Escritura de Emissão e o Contrato de Garantia, “**Documentos da Emissão**”);

* 1. nos termos da Escritura de Emissão, para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento da totalidade das Obrigações Garantidas, a Emissora concordou pela constituição, pela Cedente, da Cessão Fiduciária objeto deste Contrato, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário;
  2. a Cedente Fiduciante é a única e legítima titular de todos e quaisquer direitos sobre os Direitos Cedidos (conforme abaixo definido), os quais se encontrarão completamente livres de quaisquer ônus e gravames após a quitação integral das obrigações decorrentes da 1ª Emissão (conforme abaixo definido) e ao cancelamento da cessão fiduciária de direitos creditórios constituída no âmbito da 1ª Emissão em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento da totalidade das obrigações decorrentes das debêntures emitidas no âmbito da 1ª Emissão, por meio do “*Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Sobre Contas Vinculadas em Garantia e Outras Avenças*”, celebrado em 2 de agosto de 2021 entre a Cedente, o Agente Fiduciário e a Emissora (“**Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Anterior**”);
  3. o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos interesses dos Debenturistas, é responsável pela verificação do integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora e pela Cedente, bem como pela defesa dos interesses dos Debenturistas; e
  4. será celebrado, até a Primeira Data de Integralização, entre a Cedente Fiduciante, o Agente Fiduciário e o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 60.701.190/0001-04, na qualidade de banco depositário (“**Banco Depositário**”), o “*Contrato de Custódia de Recursos Financeiros – ID nº 902665*” (“**Contrato de Depositário**”), que descreve os termos relativos ao gerenciamento, monitoramento, movimentação e controle das Contas Vinculadas.

**Resolvem** firmar o presente “*Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas em Garantia e Outras Avenças*” (“**Contrato**” ou “**Contrato de Garantia**”) que se regerá pelas cláusulas e condições pactuadas a seguir.

1. DEFINIÇÕES
   1. Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste Contrato são aqui utilizados com o mesmo significado atribuído a tais termos na Escritura de Emissão ou nos demais Documentos da Emissão. Todos os termos no singular definidos neste Contrato deverão ter os mesmos significados quando empregados no plural e vice-versa.

1. CONSTITUIÇÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA

* 1. Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas **(i)** as obrigações relativas ao pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, da Remuneração, dos Encargos Moratórios e dos demais encargos, relativos às Debêntures e às Garantias (conforme definido na Escritura de Emissão), se e quando devidos, seja na data de pagamento ou em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão e no presente Contrato; **(ii)** as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora, nos termos da Escritura de Emissão e deste Contrato, incluindo obrigações de pagar honorários, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao Banco Liquidante, ao Escriturador, à B3, ao Agente Fiduciário e demais prestadores de serviço envolvidos na Emissão e na Garantia; e **(iii)** as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas, conforme o caso, venham a desembolsar no âmbito da Emissão e/ou em virtude da constituição, manutenção e/ou realização das Garantias, bem como todos e quaisquer tributos e despesas judiciais e/ou extrajudiciais incidentes sobre a eventual excussão de tais Garantias, nos termos deste Contrato (“**Obrigações Garantidas**”), a Cedente Fiduciante, neste ato, de acordo com o artigo 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“**Código Civil**”), do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, com a redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada (“**Lei 4728/65**”), dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada (“**Lei 9514/97**”), e da Circular do Banco Central do Brasil nº 3.952, de 27 de junho de 2019 (“**Circular 3.952**”), cede fiduciariamente e transfere, de forma irrevogável e irretratável, aos Debenturistas, neste ato representados pelo Agente Fiduciário, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta, dos bens e direitos descritos abaixo (“**Cessão Fiduciária**”):
     + 1. os direitos emergentes da Conta Vinculada Depósito (conforme definido abaixo), incluindo todos e quaisquer recursos, atuais e/ou futuros, principais ou acessórios, provenientes dos valores recebidos ou depositados (ou a serem recebidos ou depositados), seja a que título for, na conta corrente de titularidade da Cedente Fiduciante nº [●], agência nº [●], junto ao Banco Depositário (“**Conta Vinculada Depósito**”), até a sua liberação nos termos da Cláusula 6.2.2 abaixo, independentemente de onde se encontrarem tais recursos, inclusive em trânsito ou em fase de compensação bancária (“**Direitos da Conta Vinculada Depósito**”); **[Nota SF: Dados da Conta Vinculada Depósito a serem confirmados oportunamente]**
       2. parcela dos direitos creditórios, direitos a receitas, reivindicações e recebíveis da Cedente, oriundos de transações comerciais presentes e/ou futuras contratadas pelos seus clientes nos estabelecimentos da Cedente indicados no **Anexo II** deste Contrato (“**Estabelecimentos**”), decorrentes de vendas de produtos e/ou serviços, cujo pagamento à vista e/ou parcelado é ou venha a ser realizado por meio de cartões de crédito ou múltiplos, utilizados por seus portadores nos Estabelecimentos, por meio dos equipamentos e arranjos de pagamento oferecidos pelas credenciadoras contratadas pela Cedente para prestação de serviços de monitoramento, captura, processamento e liquidação de transações de pagamento por meio dos Cartões, conforme descritas no **Anexo III** a este Contrato (“**Credenciadoras**”), para aquisição de bens e serviços ofertados pela Cedente via crédito [das bandeiras Visa, Mastercard, Elo, Amex e/ou Hipercard] (“**Cartões**”) e processado pelas Credenciadoras autorizadas a capturar, processar e liquidar transações nos termos dos contratos de afiliação celebrados entre a Cedente e as Credenciadoras, conforme descritos no **Anexo III** a este Contrato (“**Contratos de Afiliação**”), e que estão/estarão identificadas nos registros eletrônicos que são/serão disponibilizados pelas Credenciadoras, representados pela unidade de recebíveis performados que atenda aos critérios de elegibilidade (“**UR**”), que estarão identificados nos registros eletrônicos disponibilizados para o Agente Fiduciário junto a determinada central registradora a ser indicada pela Cedente, desde que referida registradora observe a regulamentação do Banco Central do Brasil, em especial a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.734 de 27 de junho de 2019, conforme alterada (“**Resolução nº 4.734**”), da Circular 3.952, conforme alterada, incluindo, mas não se limitando, à convenção entre entidades registradoras (“**Entidade Registradora**”), que vierem a ser depositados ou que vierem a transitar na Conta Arrecadadora (conforme abaixo definida) (“**Recebíveis dos Cartões**”), representativa de 10% (dez por cento) do Saldo Devedor (conforme definido abaixo), o Fluxo Mínimo Recebíveis de Cartões, nos termos da Cláusula 6.4 abaixo e o Percentual da Cessão Fiduciária, nos termos da Cláusula 1.1 abaixo. Sem prejuízo do disposto acima, a Cedente deverá encaminhar ao Agente Fiduciário e ao Agente de Oneração, o aditamento ao Contrato de Cessão sempre que houver qualquer substituição, troca ou exclusão de algum CNPJ/ME;[**Nota LDR**: a Companhia listará as bandeiras com as quais trabalha.]

* + - 1. os direitos emergentes da Conta Vinculada Recebíveis Cartões (conforme definido abaixo), incluindo todos e quaisquer recursos, atuais e/ou futuros, principais ou acessórios, provenientes dos valores recebidos ou depositados (ou a serem recebidos ou depositados), seja a que título for, na conta corrente de titularidade da Cedente Fiduciante nº [=], agência nº [=], junto ao Banco Depositário (“**Conta Vinculada Recebíveis Cartões**” e, em conjunto com a Conta Vinculada Depósito, “**Contas Vinculadas**”), enquanto vigente o presente Contrato, independentemente de onde se encontrarem tais recursos, inclusive em trânsito ou em fase de compensação bancária, incluindo, mas não se limitando os recursos decorrentes dos Recebíveis Cartões (“**Direitos da Conta Vinculada Recebíveis Cartões**”); [**Nota LDR**: discutir inclusão dos conceitos de agenda de pagamentos e de unidades de recebíveis para fins de identificação e operacionalização da cessão dos recebíveis de cartões, nos termos da Circular BACEN 3952/2019.] **[Nota SF: Companhia, favor confirmar dados da nova conta vinculada]**
      2. a totalidade dos direitos creditórios decorrentes dos Investimentos Permitidos (conforme abaixo definidos) realizados com os recursos creditados e/ou retidos em qualquer das Contas Vinculadas, conforme o caso, incluindo aplicações financeiras, rendimentos, direitos, proventos, distribuições, multas de mora, penalidades e/ou indenizações devidas à Cedente Fiduciante e demais valores a serem recebidos ou de qualquer outra forma a serem distribuídos à Cedente Fiduciante, conforme aplicável, ainda que em trânsito ou em processo de compensação bancária (“**Créditos Investimentos Permitidos**” e, em conjunto com os Direitos da Conta Vinculada Depósito, os Recebíveis Cartões e os Direitos da Conta Vinculada Recebíveis Cartões, “**Direitos Cedidos**”).

**2.1.1.** A Cessão Fiduciária entrará em vigor e deve ser considerada válida a partir da data da celebração deste Contrato e permanecerá íntegra e em pleno vigor até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas.

**2.1.2.** A Cedente deverá comunicar ao Agente Fiduciário, por escrito, acerca do aditamento ou rescisão dos Contratos de Afiliação, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do aditamento ou rescisão do respectivo Contrato de Afiliação, desde que sejam afetados, de alguma forma, os Estabelecimentos em transações na modalidade de crédito, observado ainda o disposto na Cláusula 5.2 abaixo, caso aplicável.

**2.1.3.** Observadoo disposto na Cláusula 2.1.3.2 abaixo, caso sejam celebrados novos contratos de credenciamento e/ou afiliação com Credenciadoras que tenham por objeto as bandeiras dos Cartões e que afetem os Estabelecimentos em transações na modalidade de crédito (“**Novos Contratos de Afiliação**”), a Cedente deverá notificar o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da celebração de Novos Contratos de Afiliação, sendo certo que a Cedente e o Agente Fiduciário deverão celebrar aditamento a este Contrato, na forma do **Anexo IV** a este Contrato, de forma a incluir os Novos Contratos de Afiliação no **Anexo III**, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da notificação de que trata esta Cláusula, de forma que tais Novos Contratos de Afiliação sejam incluídos no conceito de “**Contratos de Afiliação**” para todos os fins deste Contrato, observadas, ainda, as formalidades previstas neste Contrato. [**Nota LDR**: discutir possibilidade de atualização do Anexo III com averbação no RTD para facilitar o operacional.]

**2.1.3.1.** Não será necessária a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para a celebração do aditamento de que trata a cláusula 2.1.2 acima, ficando o Agente Fiduciário automaticamente autorizado a formalizar o referido aditamento, na forma do **Anexo IV** a este Contrato, de forma a incluir os Novos Contratos de Afiliação no Anexo III, de forma que tais Novos Contratos de Afiliação sejam incluídos no conceito de “**Contratos de Afiliação**” para todos os fins deste Contrato, observadas, ainda, as formalidades previstas neste Contrato.

**2.1.3.2.** Caso o Percentual da Cessão Fiduciária esteja sendo observado, nos termos da Cláusula 6.4 abaixo, a Cedente não estará obrigada a incluir eventuais Novos Contratos de Afiliação no objeto desta Cessão Fiduciária, não se aplicando o disposto na Cláusula 2.1.3 acima.

* 1. De forma a viabilizar a cessão fiduciária objeto do presente Contrato, a Cedente se obriga a fazer com que os Recebíveis Cartões sejam creditados na Conta Vinculada Recebíveis Cartões, observado o Depósito Inicial Obrigatório (conforme definido abaixo), o Fluxo Mínimo Recebíveis Cartões (conforme definido abaixo) e o Percentual da Cessão Fiduciária, conforme o caso, sendo que todos e quaisquer recursos depositados nas Contas Vinculadas, incluindo, sem limitação, recursos oriundos dos Recebíveis Cartões e/ou recursos financeiros depositados pela Cedente para fins de recomposição do Depósito Inicial Obrigatório ou o Fluxo Mínimo Recebíveis Cartões, conforme o caso, nos termos deste Contrato, integram a garantia objeto deste Contrato, conforme disposto na Cláusula 2.1, inciso (ii), acima. [**Nota LDR**: discutir inclusão de mecânica de oneração das unidades de recebíveis de cartões decorrentes da agenda de pagamentos pela instituição financeira registradora liquidante dos recebíveis de cartões.] **[Nota:** além do fluxo mínimo na conta (ou a ser trocado, a critério do sindicato), precisamos incluir a verificação da agenda de recebíveis cartões, diariamente, pelo agente de garantias – com agenda diária mínima de 10% do saldo devedor das debêntures]

**2.2.1.** Para fins do disposto na Cláusula 2.2 acima e no artigo 290 do Código Civil, e observado o disposto na Cláusula 2.2.2 abaixo, a Cedente compromete-se a dar ciência às Credenciadoras listadas no Anexo III acerca da cessão fiduciária prevista neste Contrato, bem como instruir as referidas Credenciadoras para que os pagamentos relativos aos Direitos da Conta Vinculada Recebíveis Cartões sejam creditados e/ou depositados na Conta Vinculada Recebíveis Cartões, por meio do envio de notificação elaborada substancialmente nos termos do Anexo V a este Contrato (“**Notificação de Domicílio**”), devendo entregar ao Agente Fiduciário cópias das referidas notificações refletindo a ciência das Credenciadoras com tal procedimento, [acompanhadas da documentação societária das Credenciadoras,] no prazo de: (i) no caso deste Contrato, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da assinatura deste Contrato; e (ii) no caso de aditamento a este Contrato, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da assinatura do referido aditamento. [**Nota LDR**: o envio da Notificação Domicílio não é CP de liquidação. Gentileza manter a obrigação de envio de notificação às credenciadoras como obrigação e não como CP de liquidação. Ademais, discutir inclusão de mecânica de oneração das unidades de recebíveis de cartões decorrentes da agenda de pagamentos pela instituição financeira registradora liquidante dos recebíveis de cartões.]

**2.2.2.** Caso a Cedente venha a receber, em violação ao disposto no presente Contrato, quaisquer Direitos Cedidos de forma diversa da prevista neste Contrato, deverá recebê-los na qualidade de fiel depositária dos Debenturistas, nos termos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil, e deverá depositar a totalidade dos valores assim recebidos diretamente na respectiva Conta Vinculada em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data do recebimento dos respectivos créditos, sem qualquer dedução ou desconto, independentemente de qualquer notificação ou outra formalidade para tanto.

**2.2.2.1.** A Cedente, às suas próprias expensas, deverá tomar todas as providências necessárias para cobrar os Recebíveis Cartões cedidos fiduciariamente em garantia das Debêntures, assim que exigíveis, atuando de forma diligente de acordo com as práticas de cobrança usuais de mercado para operações de mesma espécie.

**2.2.3.** Para fins de implementação do regime de trava dos domicílios bancários, nos termos deste Contrato e do Contrato de Depositário, observada a legislação aplicável, a Cedente deverá realizar as Notificações de Domicílio nos termos da Cláusula 2.2.1 acima, autorizando e indicando expressamente a Conta Vinculada Recebíveis Cartões como sendo o único Domicílio Bancário para os pagamentos dos Recebíveis Cartões. Adicionalmente, fica acordado que o Domicílio Bancário será a Conta Vinculada Recebíveis Cartões enquanto perdurar a garantia ora constituída.

**2.2.3.1.** O comprovante do envio de cada Notificação de Domicílio deverá ser apresentado ao Agente Fiduciário (i) em até 5 (cinco) Dias Úteis da celebração deste Contrato; e (ii) no caso de aditamento a este Contrato, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da assinatura do referido aditamento.

**2.2.3.2.** A Cedente tomará todas as medidas para que o Domicílio Bancário seja mantido na Conta Vinculada Recebíveis Cartões até a liquidação das Obrigações Garantidas nos termos da Escritura de Emissão.

**2.2.4.** A Cedente concorda que, durante a vigência deste Contrato, não poderá movimentar qualquer das Contas Vinculadas, não sendo permitida à Cedente a emissão de cheques, a transferência ou a movimentação por meio de cartão de débito ou ordem verbal ou escrita ou qualquer outra movimentação dos recursos de qualquer das Contas Vinculadas, exceto para depósito ou recebimento de transferência em recursos/dinheiro, sendo que as Contas Vinculadas serão movimentadas pelo Banco Depositário automaticamente, nos termos da Cláusula 6 abaixo, ou mediante instruções do Agente Fiduciário, nos termos deste Contrato e do Contrato de Depositário.

**2.2.5.** Sem prejuízo do disposto na Cláusula 2.2.4 acima, as Partes, desde já, autorizam que os recursos disponíveis nas Contas Vinculadas, enquanto estiverem ali mantidos ou retidos nos termos deste Contrato, sejam aplicados pelo Banco Depositário em Investimentos Permitidos, conforme instruções enviadas pela Cedente ao Banco Depositário, nos termos do Contrato de Depositário.

* 1. O Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, neste ato, de modo irrevogável e irretratável, nos termos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil, nomeia a Cedente como fiel depositária dos títulos, contratos, faturas e/ou outros documentos representativos dos Direitos Cedidos (“**Documentos Comprobatórios**”), os quais incorporar-se-ão automaticamente à presente garantia, passando, para todos os fins de direito, a integrar a definição de “*Direitos Cedidos*”. A Cedente se obriga, às suas expensas, a garantir a boa manutenção, conservação e preservação dos Documentos Comprobatórios, que deverão ser mantidos na sede da Cedente, bem como a exibi-los e/ou entregá-los a qualquer momento que forem exigidos pelo Agente Fiduciário, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, contados a partir de sua solicitação, ou em prazo menor, caso seja assim determinado por ordem judicial ou ordem de órgão regulatório, na sede do Agente Fiduciário, especialmente no caso de sobrevir à sustação judicial do protesto. Fica desde já esclarecido que, para os efeitos da presente cessão fiduciária em garantia, a Cedente deterá a posse direta dos Documentos Comprobatórios, sendo certo que a propriedade fiduciária e a posse indireta dos mesmos serão detidas pelo Agente Fiduciário, em nome dos Debenturistas, e observado que a Cedente não poderá transferir a posse direta dos Documentos Comprobatórios para terceiros sem a prévia autorização, por escrito, do Agente Fiduciário, mediante a aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral, nos termos da Escritura de Emissão. [**Nota LDR**: gentileza seguir com 10DU tendo em vista a quantidade de documentos aos quais a Companhia deverá efetuar a guarda.]

1. Obrigações Garantidas
   1. Para os fins do artigo 1.362 do Código Civil e do artigo 66-B, §4º, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, as Partes descrevem os principais termos e condições das Obrigações Garantidas, conforme abaixo: [**Nota SF: Cláusula será atualizada conforme versão final da Escritura de Emissão**]

|  |  |
| --- | --- |
| **Número da Emissão** | A Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples da Emissora. |
| **Séries** | A Emissão será realizada em série única. |
| **Valor Total da Emissão** | R$ 615.000.000,00 (seiscentos e quinze milhões de reais). |
| **Data de Emissão** | [●] de setembro de 2022. |
| **Quantidade** | Serão emitidas 615.000 (seiscentas e quinze mil) Debêntures. |
| **Valor Nominal Unitário** | R$ 1.000,00 (mil reais). |
| **Conversibilidade** | As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. |
| **Espécie** | As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações. |
| **Prazo e Data de Vencimento** | As Debêntures terão prazo de vigência de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em [●] de setembro de 2025 (“**Data de Vencimento**”), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado da totalidade das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou aquisição facultativa para cancelamento da totalidade das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão. |
| **Destinação de Recursos** | Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão utilizados: (A) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da Primeira Data de Integralização, para (A.1) a quitação antecipada e integral da totalidade das obrigações decorrentes dos contratos financeiros listados e conforme indicados no Anexo I da Escritura de Emissão; (A.2) a quitação antecipada de parte das obrigações decorrentes dos contratos financeiros listados e conforme indicados no Anexo II da Escritura de Emissão; e (A.3) o resgate antecipado facultativo total das debêntures objeto da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em até duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos, da Emissora (“**1ª Emissão**”), sem que haja ordem de prioridade entre os itens (A.1) a (A.3); e (B) os recursos remanescentes após a realização de todos os pagamentos previstos no item “A” acima serão utilizados para o alongamento do passivo financeiro da Emissora e reforço de caixa da Emissora para utilização no curso ordinário dos negócios da Emissora. |
| **Atualização Monetária** | O Valor Nominal Unitário da Debêntures não será atualizado monetariamente. |
| **Remuneração** | Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumuladas das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) (“**Taxa DI**”), acrescida de sobretaxa de 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“**Sobretaxa**”), sendo a Taxa DI e a Sobretaxa, em conjunto, (“**Remuneração**”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. |
| **Pagamento da Remuneração** | Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado, resgate antecipado das Debêntures, amortização extraordinária facultativa, resgate antecipado das Debêntures ou aquisição facultativa, nos termos da Escritura de Emissão, a Remuneração será paga trimestralmente, a partir da Data de Emissão, sempre nos dias [●] dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em [●] de dezembro de 2022 e o último na Data de Vencimento, conforme o cronograma descrito abaixo:   |  |  | | --- | --- | | **Parcela (trimestral)** | **Data de Pagamento da Remuneração** | | 1ª | [●] de dezembro de 2022 | | 2ª | [●] de março de 2023 | | 3ª | [●] de junho de 2023 | | 4ª | [●] de setembro de 2023 | | 5ª | [●] de dezembro de 2023 | | 6ª | [●] de março de 2024 | | 7ª | [●] de junho de 2024 | | 8ª | [●] de setembro de 2024 | | 9ª | [●] de dezembro de 2024 | | 10ª | [●] de março de 2025 | | 11ª | [●] de junho de 2025 | | 12ª | Data de Vencimento | |
| **Amortização do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário** | Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado, resgate antecipado das Debêntures, amortização extraordinária facultativa, resgate antecipado das Debêntures ou Aquisição Facultativa, nos termos da Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcelas trimestrais consecutivas, a partir do 15º (décimo quinto) mês contado da Data de Emissão (inclusive), sendo a primeira amortização devida em [●] de dezembro de 2023 as demais parcelas devidas em cada uma das respetivas datas de amortização das debêntures, conforme indicadas na tabela baixo, sendo a última amortização na Data de Vencimento, e observados percentuais previstos na tabela abaixo.   |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | | **Parcela**  **(trimestral)** | **Data de Amortização das Debêntures** | **Percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a Ser amortizado** | **Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a Ser amortizado** | | 1ª | [●] de dezembro de 2023 | 7,5000% | 7,5000% | | 2ª | [●] de março de 2024 | 8,1081% | 7,5000% | | 3ª | [●] de junho de 2024 | 14,7059% | 12,5000% | | 4ª | [●] de setembro de 2024 | 17,2414% | 12,5000% | | 5ª | [●] de dezembro de 2024 | 25,0000% | 15,0000% | | 6ª | [●] de março de 2025 | 33,3333% | 15,0000% | | 7ª | [●] de junho de 2025 | 50,0000% | 15,0000% | | 8ª | Data de Vencimento | 100,0000% | 15,0000% | |
| **Oferta de Resgate Antecipado Total** | A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas. A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada conforme previsto na Escritura de Emissão. |
| **Aquisição Facultativa** | As Debêntures poderão, a qualquer momento, a partir da Data de Emissão, ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3°, da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022 (“**Resolução CVM 77**”): (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, sendo que a Emissora deverá, previamente à aquisição, comunicar sua intenção ao Agente Fiduciário e a todos os Debenturistas, nos termos da Cláusula 5.25.1 abaixo, observado o disposto nos artigos 19 e seguintes da Resolução CVM 77. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão (1) ser canceladas observado o disposto na regulamentação aplicável; (2) permanecer em tesouraria; ou (3) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures. |
| **Resgate Antecipado Facultativo** | A Emissora poderá, a qualquer momento a partir de [●] de setembro de 2023 (inclusive) e a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão. O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao seu respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido: (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo; (ii) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso, e; (iii) do prêmio equivalente a 1,00% (um inteiro por cento) ao ano, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, multiplicado pelo prazo remanescente das Debêntures, calculado conforme fórmula prevista na Escritura de Emissão. |
| **Amortização Extraordinária Facultativa** | A Emissora poderá, a qualquer tempo, a partir de [●] de setembro de 2023 (inclusive), e a seu exclusivo critério, promover a amortização extraordinária facultativa do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, até o limite de 98% (noventa e oito inteiros por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão. A Amortização Extraordinária Facultativa será realizada mediante o pagamento da: (i) parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a ser amortizada extraordinariamente, limitada a 98% (noventa e oito inteiros por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso; acrescida da (ii) Remuneração, em relação à parcela de Amortização Extraordinária Facultativa, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa e acrescido; (iii) do prêmio, equivalente a 1,00% (um inteiro por cento) ao ano, multiplicado pelo prazo remanescente das Debêntures, calculado conforme fórmula prevista na Escritura de Emissão. |
| **Vencimento Antecipado** | Observado o disposto na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá considerar ou declarar, conforme o caso, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização ou da Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos na Escritura de Emissão, e observados, quando expressamente indicados abaixo, os respectivos prazos de cura. |
| **Encargos Moratórios** | Em caso de impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida sob as Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, além da Remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos: **(i)**à multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago até a data do efetivo pagamento; e **(ii)** aos juros de mora não compensatórios, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre o montante devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial. |
| **Local de Pagamento** | Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos da Escritura de Emissão, serão realizados: **(i)** pela Emissora, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, aos eventuais valores de Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Extraordinária Facultativa, Aquisição Facultativa e Oferta de Resgate Antecipado Total, incluindo os respectivos prêmios, se houver, aos Encargos Moratórios, se houver, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; e/ou **(ii)** pela Emissora, nos demais casos, por meio do Escriturador ou na sede da Emissora, que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso. |

* 1. Caso ocorram alterações nos termos e condições das Obrigações Garantidas que modifiquem qualquer dos itens definidos acima, o presente Contrato deverá ser aditado a fim de refletir os novos termos e condições das Obrigações Garantidas. Tal aditamento deverá ser aperfeiçoado nos termos da Cláusula 5 abaixo.

1. APERFEIÇOAMENTO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA

* 1. O presente Contrato, assim como quaisquer aditamentos subsequentes, deverá ser protocolado no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da circunscrição em que se localiza o domicílio das Partes, qual seja, da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“**Cartório de RTD**”), no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados de sua assinatura, nos termos da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada. [**Nota LDR**: prazos previstos nesta cláusula deverão estar alinhados com a versão final da Escritura.]

* + 1. Em caso de exigências apresentadas pelo Cartório de RTD no decorrer da obtenção dos registros, a Cedente Fiduciante e/ou a Emissora se comprometem a cumpri-las, (a) tempestivamente, observando o prazo estabelecido pelo Cartório de RTD, caso o Depósito Inicial Obrigatório ou o Fluxo Mínimo Recebíveis Cartões, conforme o caso, esteja sendo atendido; e/ou (b) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, caso o Depósito Inicial Obrigatório ou o Fluxo Mínimo Recebíveis Cartões, conforme o caso, não esteja sendo atendido. [**Nota LDR:** gentileza seguir com 5DU uma vez que o prazo de 2DU pode ser prazo curto demais a depender da exigência**.**]
  1. A Cedente Fiduciante e/ou a Emissora comprometem-se a enviar, ao Agente Fiduciário, 1 (uma) via original ou 1 (uma) via digital (em formato PDF), caso o registro seja realizado por meio chancela digital, do presente Contrato, bem como de seus eventuais aditamentos, devidamente registrados no Cartório de RTD, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de obtenção dos referidos registros.
  2. A Emissora deverá, às suas próprias custas e exclusivas expensas, obter o registro deste Contrato e de seus eventuais aditamentos perante o Cartório de RTD no prazo de até 20 (vinte) dias corridos contados da data do respectivo protocolo, observado que o referido prazo será automaticamente prorrogado por igual período e por 1 (uma) única vez, caso a Emissora comprove ao Agente Fiduciário que está em cumprimento tempestivo de eventuais exigências formuladas pelo Cartório de RTD para o registro deste Contrato ou de seus aditamentos, conforme o caso.

* 1. Todas as despesas incorridas com relação aos registros, protocolos e demais formalidades previstas nesta Cláusula 5 deverão ser arcadas pela Cedente Fiduciante e/ou pela Emissora. Não obstante, caso a Cedente Fiduciante e/ou a Emissora não realize os registros no Cartório de RTD, o Agente Fiduciário deverá providenciar os registros, protocolos e demais formalidades. Nesse caso, a Cedente Fiduciante e/ou a Emissora deverá reembolsar o Agente Fiduciário pelas despesas razoavelmente incorridas no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da entrega, à Cedente Fiduciante, de cópias dos documentos comprobatórios das despesas.
  2. Caso a Cedente Fiduciante e/ou a Emissora não providencie os registros previstos nesta Cláusula, a eventual realização do registro e averbação pelo Agente Fiduciário não descaracterizará o inadimplemento de obrigação não pecuniária por parte da Fiduciante, nos termos do presente Contrato de Garantia e da Escritura de Emissão.
  3. Registros/cadastro perante Entidades Registradoras ou Depositários Centrais. As Partes autorizam, desde já, que o Agente de Oneração proceda, no prazo de até [10 (dez)] dias contados da celebração deste Contrato e/ou de seus eventuais aditamentos, com o registro e/ou cadastro, conforme aplicável, do presente Contrato e/ou seus eventuais aditamentos, conforme o caso, junto a quaisquer entidades registradoras (*trade repositories*) ou depositários centrais, incluindo os sistemas aplicáveis da B3, para os fins da constituição da cessão fiduciária sobre os Direitos Cedidos e, que tenham sido objeto de registro ou depósito centralizado ou devam ser objeto de registro ou depósito centralizado nos termos da legislação e regulação aplicáveis, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, conforme alterada, a Resolução do Conselho Monetário Nacional n° 4.593, de 28 de agosto de 2017, a Resolução nº 4.734 e a Circular 3.952 (“**Direitos Cedidos Sujeitos a Registro**”). [**Nota LDR**: discutir inclusão de mecânica de oneração das unidades de recebíveis de cartões decorrentes da agenda de pagamentos pela instituição financeira registradora liquidante dos recebíveis de cartões.]

**4.6.1.** A Cedente se obriga a, sempre que solicitada pelo Agente de Oneração, dentro do prazo de até [5 (cinco) Dias Úteis] a contar da data da referida solicitação:

1. tomar todas as providências necessárias e cabíveis à Cedente, para que a cessão fiduciária sobre os Direitos Cedidos Sujeitos a Registro seja (ou possa ser) perfeitamente constituída e formalizada perante tais entidades registradoras ou depositários centrais;
2. fornecer documentos adicionais que sejam necessários para tanto (inclusive mediante a assinatura de autorizações, formulários específicos e demais instrumentos que eventualmente sejam necessários, bem como documentos que sejam exigidos pelo Banco Depositário para fins de tais registros); e
3. tomar as providências necessárias para modificar referidos registros, caso necessário, para a liquidação dos Direitos Cedidos Sujeitos a Registro e consequente transferência dos recursos depositados na Conta Vinculada Recebíveis Cartões, e para formalização de trava do Domicílio Bancário na Conta Vinculada Recebíveis Cartões.
4. DEPÓSITO INICIAL OBRIGATÓRIO, FLUXO MÍNIMO RECEBÍVEIS CARTÕES, PERCENTUAL DA CESSÃO, MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS VINCULADAS E BANCO DEPOSITÁRIO [Nota geral: precisará ser incluído no mecanismo a medição diária da agenda gravamada, a ser realizada diariamente pelo agente de garantias, e que deve totalizar no mínimo 10% do saldo devedor]

* 1. Observado o disposto na Escritura de Emissão e neste Contrato, em até 1 (um) Dia Útil imediatamente subsequente à [Primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura de Emissão) {ou} Primeira Data de Verificação até a terceira Data de Verificação (conforme definido abaixo)], a Cedente deverá manter depositado na Conta Vinculada Depósito R$ [=] ([=]), [de modo que a soma dos recursos depositados na Conta Vinculada Depósito e o fluxo de Recebíveis Cartões que transite, mensalmente, na Conta Vinculada Recebíveis Cartões [e a agenda gravamada na registradora, medida diariamente pelo agente de garantias] ,seja equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do Saldo Devedor (conforme definido abaixo) das Debêntures (“**Depósito Inicial Obrigatório**”), os quais serão alocados em Investimentos Permitidos (conforme definido abaixo), conforme os termos e condições definidos no Contrato de Depositário Para os fins do presente Contrato, “**Saldo Devedor**” significa o saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido: (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva Data de Verificação; e (b) dos eventuais Encargos Moratórios (conforme abaixo definido) devidos e não pagos até a respectiva Data de Verificação, se for o caso. [**Nota LDR**: o negociado é a realização de deposito para completar eventual descumprimento do fluxo mínimo. Gentileza confirmar se o [fluxo de recebíveis/agenda de pagamentos] já poderá ser apurado no dia seguinte após a Primeira data de Verificação.] **[Nota SF: Como alinhado em 05.09.2022, será definido o valor a ser depositado na Conta Vinculada Depósito em D-2 da data de assinatura deste contrato, considerando o fluxo de recebíveis da 1ª emissão e a agenda de recebíveis, o que for menor]**
  2. “**Agenda Mínima**” significa a UR, a ser verificada diariamente pelo Agente de Oneração, ou seja, direitos creditórios performados de titularidade da Cedente e/ou de suas filiais, conforme identificadas nos Anexos V ao presente Contrato, mas ainda não liquidados pela Entidade Registradora na Conta [Denominação correta da conta] (modalidade de apuração denominada simplesmente “**Agenda**”); NotaOT: gentileza confirmar se será um valor fixo ou algum percentual do saldo devedor. [Nota SF: Deve totalizar no mínimo 10% do saldo devedor]
  3. “**Saldo Devedor das Obrigações Garantidas**” significa o saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures, apurado diariamente, equivalente ao somatório do saldo do Valor Nominal Unitário com a Remuneração até aquele momento não adimplido, calculada nos termos da Escritura de Emissão, devida em cada Dia Útil e multiplicado pelo número de Debêntures em circulação, conforme calculados pelo Agente Fiduciário, conforme metodologia de cálculo disposta perante a Escritura de Emissão;

[Incluir a forma que será encaminhado, pelo Agente Fiduciário, ao Agente de Oneração o PU da Emissão – Via site?]

* 1. “**Valor de Apuração**” significa o montante correspondente à Agenda Mínima verificada em cada Dia Útil, a ser fiscalizado pelo Agente de Oneração por meio do sistema da Entidade Registradora.
  2. Diariamente, após o recebimento do PU da Emissão, o Agente de Oneração, por meio do sistema da Entidade Registradora, verificará e encaminhará para o Agente Fiduciário e para a Emissora, o Valor de Apuração, sendo a primeira data de verificação a ser realizada dia [•]; {ou} Após o recebimento do PU da Emissão, o Agente de Oneração deverá, diariamente, a partir do Dia Útil seguinte à Data da Primeira Integralização (inclusive) (“**Data(s) de Verificação Agenda Mínima**”), por meio do sistema da Entidade Registradora, verificar e encaminhar ao Agente Fiduciário e à Emissora, o Valor de Apuração.
  3. Em razão dos serviços prestados no âmbito deste Contrato, o Agente de Oneração fará jus à (i) título de implantação, será devida parcela única de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), devida em até o 5º (quinto) Dia Útil da assinatura deste instrumento, (ii) uma remuneração mensal de R$4.000,00 (quatro mil reais), acrescidos das alíquotas dos tributos incidentes sobre a remuneração (ISS, PIS, COFINS, IR (1,5%), CSLL (1,0%) e outros que porventura venham a incidir, nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento. Além disso, todos os valores mencionados acima serão atualizados pela variação positiva do IGP-M, sempre na menor periodicidade permitida em lei, a partir da data de assinatura deste instrumento. NotaOT: Sugerimos incluir essa remuneração como obrigação da Emissora na Escritura de Emissão.
     1. Eventuais recursos mantidos na Conta Vinculada Depósito, inclusive decorrente dos Investimentos Permitidos, que ultrapassem o Depósito Inicial Obrigatório, poderão ser transferidos para Conta de Livre Movimentação (conforme definido abaixo), a qualquer tempo, mediante solicitação da Cedente ao Agente Fiduciário, somente das Datas de Verificação, que deverá notificar ao Banco Depositário para que faça as transferências pretendidas. Para tanto, o Agente Fiduciário deverá notificar o Banco Depositário observados os termos do Contrato de Depositário. [**Nota LDR**: discutir transferência sem qualquer notificação pela Cedente.] **[Nota SF: Ajuste sugerido pelo Agente Fiduciário]**
     2. [O Agente Fiduciário e a Cedente declaram ser os únicos responsáveis por realizar o controle de valores excedentes ao Depósito Inicial Obrigatório mediante acesso ao portal do Banco Depositário na página da rede mundial de computadores.] **[Nota SF: Agente Fiduciário sugere a exclusão desta Cláusula]**

* 1. A partir da terceira Data de Verificação (conforme abaixo definido) (inclusive), desde que (i) não haja qualquer inadimplemento, pecuniário ou não, da Cedente e/ou da Emissora, no âmbito da Escritura de Emissão e/ou deste Contrato (e independentemente da declaração de vencimento antecipado); (ii) não haja a ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido na Escritura de Emissão); e (iii) os Recebíveis Cartões transitados na Conta Vinculada Recebíveis Cartões sejam iguais ou superiores ao Fluxo Mínimo Recebíveis Cartões, o Banco Depositário transferirá, somente nas Datas de Verificação, mediante notificação do Agente Fiduciário neste sentido que deverá ser enviada dentro do prazo de 1 (um) Dia Útil a contar da terceira Data de Verificação, conforme modelo constante no Contrato de Depositário, e desde que os recursos estejam disponíveis na Conta Vinculada Depósito no dia de recebimento da notificação pelo Banco Depositário, o Depósito Inicial Obrigatório da Conta Vinculada Depósito para a Conta de Livre Movimentação (conforme abaixo definido) da Cedente no Dia Útil subsequente, na forma especificada na notificação e desde que o recebimento ocorra conforme os termos e condições definidos no Contrato de Depositário. **[Nota SF: Ajuste destacado sugerido pelo Agente Fiduciário]**
     1. Os valores referidos no item anterior, a partir do recebimento da notificação, pelo Banco Depositário, até a realização do depósito na conta corrente indicada, não serão, de nenhuma forma, por ele remunerados ou investidos, exceção feita às aplicações automáticas, caso contratadas.
     2. Após a transferência do Depósito Inicial Obrigatório da Conta Vinculada Depósito para a Conta de Livre Movimentação, nos termos da Cláusula 6.2 acima, os Direitos da Conta Vinculada Depósito e a Conta Vinculada Depósito serão liberadas do objeto desta Cessão Fiduciária pelo Agente Fiduciário, por meio de envio de termo de liberação à Cedente, dentro do prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data da transferências dos Recursos para a Conta de Livre Movimentação, podendo a Cedente tomar todas as providências necessárias para o encerramento da Conta Vinculada Depósito após o recebimento do mencionado termo de liberação.
  2. A partir da terceira Data de Verificação (inclusive), a Cedente se obriga a fazer com que transitem, mensalmente, na Conta Vinculada Recebíveis Cartões, recursos provenientes exclusivamente dos Recebíveis Cartões em valor total equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do Saldo Devedor das Debêntures (“**Fluxo Mínimo Recebíveis Cartões**”).
  3. A [entidade registradora] deverá realizar o gravame dos Recebíveis de Cartões [das bandeiras [=]] perante sistema destinado ao registro de ativos financeiros operado por entidade registradora autorizada pelo Banco Central do Brasil (“**Sistema de Registro**”), considerando a limitação para 10% (dez por cento) do Saldo Devedor (“**Percentual da Cessão Fiduciária**”), com base na lista de Estabelecimentos da Cedente listadas no Anexo III deste Contrato.
     1. No ambiente do Sistema de Registro no qual estejam registrados os Recebíveis de Cartões, a [entidade registradora] deverá dar o comando para a constituição de gravames e de ônus sobre os referidos Recebíveis de Cartões cedidos fiduciariamente, conforme regulamento do referido sistema.
     2. O Agente Fiduciário autoriza expressamente a [entidade registradora] a enviar ao Sistema de Registro, as informações necessárias sobre os instrumentos contratuais dos quais os Recebíveis de Cartões se originam, assim como as informações deste Contrato, incluindo, mas não se limitando as seguintes informações:
        + 1. a especificação dos Recebíveis de Cartões constituídos e/ou a serem constituídos no âmbito deste Contrato;
          2. o valor do Percentual da Cessão Fiduciária;
          3. a especificação da Conta Vinculada Recebíveis de Cartões para liquidação financeira dos Recebíveis de Cartões cedidos fiduciariamente; e
          4. o Saldo Devedor das Debêntures.
  4. A verificação do Depósito Inicial Obrigatório, do Fluxo Mínimo Recebíveis Cartões e do Percentual da Cessão Fiduciária, conforme o caso, será realizada pelo Agente Fiduciário, no 5º (quinto) dia de cada mês, conforme aplicável, sempre em referência ao mês calendário imediatamente anterior, mediante a análise de extrato bancário das Contas Vinculadas, emitidos junto ao Banco Depositário mediante solicitação do Agente Fiduciário, [e do relatório emitido pela entidade registradora responsável pela liquidação dos Recebíveis de Cartões], sendo certo que a primeira verificação ocorrerá no 5º (quinto) dia do mês (inclusive) imediatamente subsequente ao da Primeira Data de Integralização (cada data, uma “**Data de Verificação**”).
     1. Considerar-se-ão prorrogadas as Datas de Verificação até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, quando qualquer Data de Verificação ocorrer em dia em que não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

* 1. Durante a vigência deste Contrato, o Banco Depositário fará a transferência diária, no Dia Útil subsequente ao depósito de recursos na Conta Vinculada Recebíveis Cartões, para a conta corrente de livre movimentação da Cedente, conta nº 68.297-7, da agência 0285, mantida no Banco Depositário (“**Conta de Livre Movimentação**”), nos termos do Anexo I do Contrato de Depositário, observado o disposto nas cláusulas abaixo.

* 1. Em qualquer Data de Verificação, caso, em um determinado mês, não seja atendido o Depósito Inicial Obrigatório, o Fluxo Mínimo Recebíveis Cartões ou o Percentual da Cessão Fiduciária, conforme o caso, no mês imediatamente anterior ao mês da verificação (“**Mês do Inadimplemento**”) restará caracterizado evento de insuficiência de recurso (“**Evento de Insuficiência de Recursos**”).
  2. Na ocorrência de um Evento de Insuficiência de Recursos e/ou na hipótese de ocorrência de qualquer inadimplemento, pecuniário ou não, da Cedente e/ou da Emissora, no âmbito da Escritura de Emissão e/ou deste Contrato (e independentemente da declaração de vencimento antecipado, conforme definição da Escritura de Emissão) e/ou na hipótese de estar em curso um Evento de Vencimento Antecipado, o Agente Fiduciário notificará imediatamente o Banco Depositário, nos moldes do modelo constante do Contrato de Depositário, para realizar o bloqueio imediato das Contas Vinculadas, conforme aplicável, interrompendo a transferência ordinária de recursos das Contas Vinculadas para a Conta de Livre Movimentação. Tal notificação produzirá efeitos para os valores depositados a partir do dia do recebimento da notificação pelo Banco Depositário, desde que o recebimento ocorra até as 13:00, sendo que as notificações recebidas após este horário somente produzirão efeito a partir do Dia Útil subsequente ao do seu recebimento. **[Nota SF: Coordenadores solicitam manutenção do bloqueio das Contas Vinculadas no caso de descumprimento de obrigações pela Cedente e/ou pela Emissora]**
     1. Durante o período de retenção, os valores presentes nas Contas Vinculadas poderão ser alocados nos seguintes investimentos permitidos: [●], conforme os termos e condições definidos no Contrato de Depositário (“**Investimentos Permitidos**”). **[Nota SF: Favor confirmar Investimentos Permitidos]** [**Nota LDR**: sugerimos investimento em CDB de liquidez diária, de emissão de instituições financeiras de primeira linha, com rentabilidade de, pelo menos, 100% da Taxa DI.]
  3. Em cada Evento de Insuficiência de Recursos, a Emissora e/ou a Cedente, de forma solidária e integral entre si, deverá(ão) depositar na Conta Vinculada Depósito, a título de *cash collateral*, recursos no montante equivalente à diferença entre o montante total dos recursos depositados nas Contas Vinculadas no Mês de Inadimplemento e o Fluxo Mínimo Recebíveis Cartões ou o Depósito Inicial Obrigatório, conforme aplicável a cada mês, o qual permanecerá retido na Conta Vinculada Depósito até que ocorra um Evento de Suficiência de Recursos (conforme definido abaixo). Durante o período de retenção, os valores presentes na Conta Vinculada poderão ser alocados em Investimentos Permitidos, conforme os termos e condições definidos no Contrato de Depositário **[Nota SF: Mecânica de reforço sob validação dos Coordenadores] [Nota: dado que haverá também medição de agenda, a discutir mecânica. Caso na verificação diária a agenda fique baixa, precisa ser caracterizado evento de insuficiência, e a Cia precisa ceder mais CNPJs e bandeiras a fim de regularizar a situação. A discutir entre sindicato]**
  4. No(s) mês(es) subsequentes a um Evento de Insuficiência de Recursos, permanecerá vigente a obrigação mensal de manutenção do Fluxo Mínimo Recebíveis Cartões ou o Depósito Inicial Obrigatório, conforme o caso, sendo certo que todo recurso depositado à título de Fluxo Mínimo Recebíveis Cartões ou o Depósito Inicial Obrigatório, conforme o caso, permanecerá retido nas Contas Vinculadas até que o Agente Fiduciário [(i) apure, nas Datas de Verificação subsequentes a um Evento de Insuficiência de Recursos, que o Fluxo Mínimo Recebíveis Cartões, o Depósito Inicial Obrigatório ou o Percentual da Cessão Fiduciária, conforme o caso, tenha sido reestabelecido,] ou (ii) seja notificado pela Emissora e/ou pela Cedente acerca do atendimento do Fluxo Mínimo Recebíveis Cartões ou o Depósito Inicial Obrigatório, conforme o caso, em referido mês, e desde que o atendimento do Fluxo Mínimo Recebíveis Cartões ou do Depósito Inicial Obrigatório, conforme o caso, seja verificado pelo Agente Fiduciário em até [2] ([dois]) Dias Úteis contados da data de recebimento da referida notificação, mediante a análise de extrato bancário das Contas Vinculadas, emitidos junto ao Banco Depositário e à [, o que ocorrer primeiro] (“**Evento de Suficiência de Recursos**”). [Fica esclarecido que na ocorrência da hipótese prevista no item (ii) desta Cláusula, os recursos depositados nas Contas Vinculadas não deverão ficar retidos até a Data de Verificação subsequente ao respectivo Evento de Insuficiência de Recursos, de modo que o fluxo de transferência ordinária dos recursos depositados nas Contas Vinculadas para a Conta de Livre Movimentação seja reestabelecido nos termos e prazos previstos na Cláusula 6.11 abaixo. **[Nota SF: Trechos destacados sugeridos pela companhia sob validação dos Coordenadores] [Nota: é necessária, no item (ii), verificação pelo AF. Podemos prever a verificação extraordinária neste caso de comunicação antes da liberação, não?]**
  5. Caso ocorra um Evento de Suficiência de Recursos, o Agente Fiduciário deverá notificar imediatamente o Banco Depositário para que, em até 1 (um) Dia Útil, o Banco Depositário reestabeleça a transferência ordinária dos recursos depositados nas Contas Vinculadas para a Conta de Livre Movimentação, nos termos da Cláusula 6.6 acima, desde que o recebimento ocorra até as 13:00, sendo que as notificações recebidas após este horário somente produzirão efeito a partir do Dia Útil subsequente ao seu recebimento.
     1. Caso existam valores das Contas Vinculadas aplicados nos termos do Contrato de Depositário, a notificação do Agente Fiduciário para restabelecimento do fluxo ordinário de transferências será suficiente para que o Banco Depositário realize o respectivo resgate em benefício da Cedente, previamente ao reinício das transferências, ficando o Banco Depositário, desde já, expressamente autorizado, em caráter irrevogável e irretratável, a proceder desta forma.
  6. Caso seja constatado um Evento de Insuficiência de Recursos em (i) 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas; ou (ii) 3 (três) Datas de Verificação compreendidas dentro de 12 (doze) meses imediatamente anteriores, a Emissora incorrerá em um Evento de Vencimento Antecipado, observados os prazos e demais condições descritas na Escritura de Emissão. **[Nota SF: Sob validação dos Coordenadores] [Nota: a ser incluído caso a agenda na medição fique abaixo de 10% e a Cia não realize o reforço com mais recebíveis em prazo a ser determinado]**

* 1. O Banco Depositário não será responsabilizado por obrigações relacionadas ao bloqueio e transferência dos valores desde que solicitados pelo Agente Fiduciário.

* 1. Caso o Banco Depositário venha a rescindir o Contrato de Depósito, nos termos previstos no Contrato de Depósito, a Cedente Fiduciante e/ou a Emissora deverá, no prazo de até [5 (cinco) Dias Úteis] contados da data de recebimento pela Cedente Fiduciante de notificação enviada pelo Banco Depositário à Cedente Fiduciante e ao Agente Fiduciário comunicando sobre a rescisão, convocar assembleia geral de debenturistas para que ocorra a aprovação da contratação da nova instituição financeira para administrar os recursos existentes em qualquer das Contas Vinculadas, sendo certo que, no prazo de até [15 (quinze) Dias Úteis] após a aprovação pelos Debenturistas, a Cedente Fiduciante e/ou a Emissora deverá concretizar a contratação da nova instituição financeira, garantindo, em qualquer caso, a continuidade da prestação do serviço. **[Nota SF: Prazos sob validação dos Coordenadores]**

* 1. A Cedente Fiduciante autoriza, em caráter irrevogável e irretratável, a troca de informações entre o Banco Depositário e o Agente Fiduciário, bem como entre o Agente Fiduciário e os Debenturistas, sobre qualquer movimentação envolvendo qualquer das Contas Vinculadas, autorizando o Banco Depositário, inclusive, a apresentar todos e quaisquer documentos e informações referentes a qualquer movimentação, saldos e extratos de qualquer das Contas Vinculadas, de acordo com o disposto no Contrato de Depósito, renunciando ao direito de sigilo bancário em relação a tais informações, de acordo com o inciso V, parágrafo 3º, artigo 1º, da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

1. EXCUSSÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA

* 1. Na hipótese de (i) ocorrência do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, nos termos da Escritura de Emissão ou (ii) não pagamento dos valores devidos pela Emissora na Data de Vencimento, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, deverá, de boa-fé, nas condições que os Debenturistas entenderem apropriadas, promover a excussão da Cessão Fiduciária, quantas vezes forem necessárias, por meio da utilização dos recursos decorrentes dos Direitos Cedidos para amortização ou quitação das Obrigações Garantidas.

* 1. Com a excussão da Cessão Fiduciária, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, sem prejuízo dos demais direitos previstos em lei poderá, quantas vezes forem necessárias para satisfazer as Obrigações Garantidas, excutir extrajudicialmente a presente garantia na forma da lei, podendo dispor, cobrar, receber, realizar, vender ou ceder, inclusive de forma particular, total ou parcialmente, conforme preços, valores, termos e/ou condições que considerar apropriados, dar quitação e assinar quaisquer documentos ou termos, por mais especiais que sejam, necessários à prática dos atos aqui referidos, independentemente de qualquer comunicação, notificação e/ou interpelação, judicial ou extrajudicial, à Cedente, relativos aos Direitos Cedidos, às Contas Vinculadas e/ou aos resgates dos Investimentos Permitidos, aplicando-os no pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, e de qualquer outro encargo incidente sobre as Obrigações Garantidas e despesas eventualmente realizadas para sua cobrança, bem como conservar a posse dos Direitos Cedidos, bem como dos instrumentos que o representam, contra qualquer detentor, inclusive a própria Cedente Fiduciante.

* 1. O Agente Fiduciário envidará seus melhores esforços para informar a Emissora e a Cedente a respeito do início da excussão da Cessão Fiduciária, sendo que o não envio de comunicação a esse respeito não invalidará, impossibilitará ou de qualquer forma afetará a excussão da Cessão Fiduciária.

* 1. Os recursos apurados de acordo com o disposto, conforme aplicável, na Cláusula 7.2 acima, na medida em que forem recebidos pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, deverão ser aplicados na quitação ou amortização das Obrigações Garantidas, e de qualquer outro encargo incidente sobre as Obrigações Garantidas e despesas eventualmente realizadas para sua cobrança, observado que **(i)** eventual excesso será devolvido à Cedente Fiduciante após o integral cumprimento das Obrigações Garantidas; e **(ii)** o cumprimento parcial das Obrigações Garantidas não importa exoneração correspondente da presente Cessão Fiduciária.

* 1. Caso os recursos apurados de acordo com os procedimentos de excussão previstos nesta Cláusula 7 não sejam suficientes para quitar integralmente as Obrigações Garantidas, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) despesas incorridas pelo Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas, inclusive, com o processo de excussão e honorários do Agente Fiduciário; (ii) Encargos Moratórios e demais encargos devidos sob as Obrigações Garantidas; (iii) Remuneração, (iv) saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures; e (v) quaisquer outros valores devidos pela Emissora e pela Cedente que não sejam os valores a que se referem o item (iv).
     1. A Emissora permanecerá responsável pelo saldo devedor das Obrigações Garantidas que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Remuneração, Encargos Moratórios e outros encargos e despesas incidentes sobre o saldo devedor das Obrigações Garantidas enquanto não forem pagas, declarando a Emissora, neste ato, tratar-se de dívida líquida e certa, passível de cobrança extrajudicial ou por meio de processo de execução judicial.

* 1. Até a quitação integral das Obrigações Garantidas, a Emissora e a Cedente Fiduciante, conforme aplicável, se obrigam a: **(a)** adotar todas as medidas e providências no sentido de assegurar que os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário mantenham preferência absoluta com relação ao recebimento de todo e qualquer recurso relacionado aos Direitos Cedidos; e **(b)** praticar todos os atos e cooperar com o Agente Fiduciário em tudo que se fizer necessário ao cumprimento do disposto nesta Cláusula 7, inclusive no que se refere ao atendimento das exigências legais e regulamentares necessárias.

* 1. Sem prejuízo do disposto acima, a fim de facilitar a excussão da Cessão Fiduciária, a Cedente e a Emissora obrigam-se a outorgar, em favor do Agente Fiduciário, mandato com cláusula “em causa própria”, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos e para os fins previstos nos artigos 684, 685 e do parágrafo único do artigo 686 do Código Civil, e entregar, em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de celebração do presente Contrato, ao Agente Fiduciário o instrumento de procuração original outorgado de acordo com o modelo constante no **Anexo I** deste Contrato.
     1. A procuração constituída na cláusula anterior é outorgada como uma condição à celebração do presente Contrato, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil.
     2. A procuração outorgada em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representantes dos Debenturistas, substancialmente nos moldes previstos no **Anexo I** deste Contrato, permanecerá válida e em pleno vigor pelo prazo de 1 (um) ano contado desde a data de sua assinatura, devendo ser renovado ano a ano com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do vencimento do mencionado instrumento de mandato, até (i) o pleno e integral cumprimento das Obrigações Garantidas; ou (ii) que a Cessão Fiduciária objeto deste Contrato seja totalmente excutida e os Debenturistas tenham recebido o produto dos Direitos Cedidos de forma definitiva e incontestável, o que ocorrer primeiro. A Cedente Fiduciante e/ou a Emissora enviará ao Agente Fiduciário a via original das novas procurações, com as firmas reconhecidas, com até 10 (dez) dias de antecedência do vencimento da procuração vigente.
     3. A Cedente Fiduciante e a Emissora comprometem-se a, após eventual solicitação nesse sentido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas, entregar um instrumento de procuração equivalente a cada sucessor do Agente Fiduciário e, conforme venha a ser exigido, sempre que necessário para assegurar que o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, (ou qualquer sucessor) disponha dos poderes exigidos para praticar os atos e exercer os direitos previstos neste Contrato.

* 1. Caso durante o prazo de vigência deste Contrato seja necessária a apresentação de uma nova procuração pela Fiduciante e pela Emissora, para fins da excussão da Cessão Fiduciária, em decorrência de restrições quanto a prazo de vigência da procuração, forma da procuração, linguagem específica ou falta de disposições específicas relacionadas aos poderes outorgados ao Agente Fiduciário, a Fiduciante e a Emissora obrigam-se a firmar, às suas custas, nova procuração no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados do recebimento de notificação do Agente Fiduciário neste sentido. As Partes convencionam desde já que qualquer nova procuração a ser outorgada pela Fiduciante e pela Emissora deverá incluir os poderes descritos no modelo constante no **Anexo I**, exceto se diversamente solicitado pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas. Procurações que incluam poderes adicionais aos poderes previstos no **Anexo I** serão objeto de discussão e deverão ser mutuamente acordadas entre as Partes e os Debenturistas previamente à sua outorga pela Cedente Fiduciante e pela Emissora, sendo certo que prevalecerá o conteúdo necessário para propiciar a excussão das garantias.
  2. *Multiplicidade de Garantias*. No exercício de seus direitos e recursos contra a Cedente Fiduciante, nos termos da Escritura de Emissão e deste Contrato, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão do interesse dos Debenturistas, poderão executar todas e quaisquer outras garantias concedidas no contexto da Oferta, simultaneamente ou em qualquer ordem, sem que com isso prejudique qualquer direito ou possibilidade de exercê-lo no futuro, até a quitação integral das Obrigações Garantidas.
  3. A Cedente Fiduciante renuncia, neste ato, à sub-rogação nos direitos de crédito correspondentes às obrigações assumidas neste Contrato até a liquidação integral das Obrigações Garantidas. Assim, na hipótese de excussão da Cessão Fiduciária, a Cedente Fiduciante não terá qualquer direito de reaver da Emissora qualquer valor decorrente da execução da Fiança até a liquidação integral das Obrigações Garantidas. Caso a Cedente Fiduciante receba qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor excutido dos Direitos Cedidos, antes da integral quitação das Obrigações Garantidas, a Cedente Fiduciante se obriga a repassar, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data de seu recebimento, tal valor aos Debenturistas. Após a liquidação integral das Obrigações Garantidas, a Cedente Fiduciante fará jus ao recebimento dos valores desembolsados em favor da Emissora em decorrência da Cessão Fiduciária.

1. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

* 1. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas na Escritura de Emissão, neste Contrato e nos demais Documentos da Emissão ou em lei, a Cedente Fiduciante e a Emissora, neste ato, obrigam-se a: [**Nota SF: Obrigações serão atualizadas conforme versão final da Escritura de Emissão, no que for aplicável**]

* + - 1. manter a Cessão Fiduciária existente, lícita, válida, vinculante, eficaz, exigível, em pleno vigor e exequível de acordo com seus termos e condições, sem qualquer restrição ou condição, de acordo com os termos dos Documentos da Emissão, e contabilizá-la na sua escrituração ou fazer constar nota explicativa no seu balanço;
      2. proceder às suas expensas, e apresentar ao Agente Fiduciário a presente Cessão Fiduciária e seus anexos ou aditivos devidamente registrados junto ao Cartório de RTD;
      3. tomar todas e quaisquer medidas e produzir todos e quaisquer documentos necessários à formalização e, se for o caso, à excussão da Cessão Fiduciária e tomar tais medidas e produzir tais documentos de modo a possibilitar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas o exercício de seus direitos e prerrogativas estabelecidos neste Contrato;

* + - 1. realizar o Depósito Inicial Obrigatório e atender o Fluxo Mínimo Recebíveis Cartões, conforme o caso, até a quitação integral das Obrigações Garantidas;
      2. enviar para o Agente Fiduciário lista de empresas do grupo da Emissora para acompanhamento da Clausula 6.1 acima; [Nota Pavarini: favor explicar]
      3. informar ao Agente Fiduciário a respeito do seu conhecimento de qualquer fato relevante relacionado com os Direitos Cedidos vinculados à garantia constituída nos termos deste Contrato, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do seu conhecimento;
      4. informar, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do seu conhecimento, o Agente Fiduciário acerca de qualquer descumprimento de suas respectivas obrigações previstas nos termos deste Contrato e/ou da Escritura de Emissão, salvo se houver prazo específico previsto neste Contrato e/ou na Escritura de Emissão;

* + - 1. notificar, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do seu conhecimento, o Agente Fiduciário caso qualquer das declarações aqui prestadas torne-se inverídica, inconsistente, incorreta ou insuficiente;
      2. comunicar, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do seu conhecimento, ao Agente Fiduciário, quaisquer eventos ou situações que possam colocar em risco o exercício pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, dos direitos, garantias e prerrogativas decorrentes da Escritura de Emissão e/ou deste Contrato, salvo se houver prazo específico previsto neste Contrato e/ou na Escritura de Emissão;
      3. às suas expensas, cumprir qualquer exigência legal ou regulatória que venha a ser aplicável e necessária à preservação e/ou ao exercício dos Direitos Cedidos em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, fornecendo ao Agente Fiduciário comprovação de tal cumprimento, no prazo legalmente estabelecido ou, em sua falta, no prazo de até [5 (cinco) Dias Úteis] contados da data de formulação de tal exigência; **[Nota SF: Prazo sob validação dos Coordenadores]**
      4. defender, de forma tempestiva e eficaz, qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar ou alterar a Cessão Fiduciária, os Direitos Cedidos, este Contrato e/ou o integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, bem como informar o Agente Fiduciário, por escrito, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de recebimento de citação, sobre qualquer ato, ação, procedimento ou processo a que se refere este item;

* + - 1. conceder ao Agente Fiduciário, ou a seus representantes, o livre acesso às informações das Contas Vinculadas, o que faz neste ato, ficando autorizado o Banco Depositário, independentemente de anuência ou consulta prévia à Cedente Fiduciante, a conceder tal acesso;

* + - 1. com relação aos Direitos Cedidos e/ou qualquer dos direitos a estes inerentes, não (i) prometer, criar, incorrer ou permitir a existência de qualquer ônus ou gravame sobre os Direitos Cedidos (exceto pela Cessão Fiduciária), nem permitir que qualquer dos atos acima seja realizado, em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico; e (ii) renunciar, expressamente ou por omissão, a qualquer de seus direitos das Contas Vinculadas até a quitação integral das Obrigações Garantidas;
      2. na hipótese de excussão da presente garantia, entregar ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis de sua solicitação, todos os documentos especificados pelo Agente Fiduciário, relacionados aos Direitos Cedidos; **[Nota SF: Coordenadores solicitam a manutenção do prazo de 2 D.U. para envio dos documentos ao AF]**
      3. manter em vigor, válida e eficaz a procuração para a excussão dos Direitos Cedidos outorgadas na forma do Anexo I deste Contrato pelo prazo de 1 (um) ano, obrigando-se ainda, a renová-la com pelos menos 30 (trinta) dias de antecedência de seu vencimento, por iguais períodos de 1 (um) ano, ou até o pagamento e liberação integral das Obrigações Garantidas, o que ocorrer primeiro;
      4. manter e preservar todos os Direitos Cedidos nos termos deste Contrato e eventuais aditamentos, de acordo com seus respectivos termos;
      5. manter abertas as Contas Vinculadas, durante a vigência deste Contrato, responsabilizando-se pelo pagamento de quaisquer tributos, taxas e contribuições exigidas ou que vierem a ser exigidos em decorrência do cumprimento deste Contrato e/ou da movimentação de recursos depositados nas Contas Vinculadas, durante o prazo de vigência deste Contrato;
      6. em caso de renúncia e/ou substituição do Banco Depositário, contratar nova instituição financeira para atuar como depositário dos recursos depositados nas Contas Vinculadas, nos termos previstos na Cláusula 6.14 deste Contrato;
      7. cumprir e fazer com que as suas controladas cumpram as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, cuja exigibilidade e/ou aplicabilidade esteja suspensa em razão da obtenção de efeitos suspensivos no prazo legal;
      8. cumprir e fazer com que as suas controladas cumpram as Leis Socioambientais que visam o não incentivo, de qualquer forma, a prostituição ou utilização em suas atividades de mão-de-obra infantil ou em condição análoga à de escravo. Para fins deste Contrato, “**Leis Socioambientais**” significa a regulamentação trabalhista e ambiental em vigor, incluindo, mas não se limitando à legislação que visa o não incentivo, de qualquer forma, a prostituição ou utilização em suas atividades de mão-de-obra infantil ou em condição análoga à de escravo ou que de qualquer forma possa infringir os direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assédio moral ou sexual, a Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, conforme aplicáveis;
      9. ressalvado o disposto na alínea (xx) acima, cumprir e fazer com que as suas controladas cumpram as Leis Socioambientais, além de proceder a todas as diligências exigidas por lei para suas atividades econômicas, atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais e trabalhistas, exceto por (a) aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, cuja exigibilidade e/ou aplicabilidade esteja suspensa em razão da obtenção de efeitos suspensivos no prazo legal; ou (b) cujo descumprimento não cause um Efeito Adverso Relevante. Para fins desta Contrato, “**Efeito Adverso Relevante**” significa qualquer evento ou situação, que (i) afete, de modo relevante e adverso, a situação financeira, reputacional ou operacional da Cedente, da Emissora e/ou de seus respectivas controladas nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais; ou (ii) qualquer efeito adverso na capacidade da Cedente e/ou da Emissora de cumprir suas respectivas obrigações nos termos da Escritura de Emissão e deste Contrato, ou que impossibilitem a Cedente, a Emissora e/ou suas respectivas controladas de honrar tempestivamente com suas respectivas obrigações, pecuniárias ou não, relativas às Debêntures;
      10. cumprir e fazer com que suas controladas e/ou coligadas, Controladores, administradores, acionistas com poderes de administração e empregados enquanto agindo em nome e benefício da Garantidora, de suas Controladas e/ou coligada e de seus Controladores, bem como empenhar melhores esforços para que seus eventuais subcontratados cumpram, na medida em que mantém políticas de combate a corrupção, as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma do Decreto-Lei n.º 2.848/1940, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada (“**Lei 12.846**”), do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (“**Lei 9.613**”), da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública), da *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of* 1977 e do *UK Bribery Act*, conforme aplicável (“**Leis Anticorrupção**”), bem como: **(a)** criar e manter políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; **(b)** dar pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais e subcontratados que venham a se relacionar com a Emissora, principalmente no âmbito desta Emissão, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura de Emissão; **(c)** abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; **(d)** caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar imediatamente o Agente Fiduciário que poderá tomar todas as providências que entender necessárias; e **(e)** realizar eventuais pagamentos devidos aos Debenturistas exclusivamente por meio de transferência bancária;
      11. não alterar o Domicílio Bancário dos Recebíveis Cartões;
      12. notificar o Agente Fiduciário, por escrito, acerca da assinatura de quaisquer contratos com credenciadoras adicionais (ou subcredenciadoras adicionais) em até 2 (dois) Dias Úteis a contar da data de assinatura e enviar cópias digitalizadas de tais contratos ao Agente Fiduciário, sendo certo que fica, desde já, certo e ajustado que, nesta hipótese, as Partes deverão celebrar um aditamento ao presente Contrato;
      13. às suas expensas, adotar tempestivamente todas as providências necessárias para cobrar os Recebíveis Cartões cedidos fiduciariamente em garantia das Obrigações Garantidas, assim que exigíveis, atuando de forma diligente de acordo com as práticas de cobrança usuais de mercado para operações de mesma espécie;
      14. não transigir quanto à forma e prazos de pagamento dos Recebíveis Cartões que possam comprometer, total ou parcialmente, a garantia objeto deste Contrato;
      15. tomar todas as providências necessárias para a cobrança e boa liquidação dos Recebíveis Cartões, assim que exigíveis;
      16. promover, ainda, às suas expensas, todas as medidas judiciais cabíveis para a cobrança dos Recebíveis Cartões não pagos na respectiva data de vencimento, inclusive com relação à interrupção de prescrição quando aplicável, sem prejuízo da preservação do direito de ação do Agente Fiduciário neste sentido; e
      17. adotar todas as medidas necessárias junto à CERC – Central de Recebíveis e às Credenciadoras para cumprimento da obrigação de manutenção do Domicílio Bancário e de seus efeitos, observando a legislação vigente, atual e futura, para efeitos de Domicílio Bancário e registro de garantia, durante toda a vigência da operação.

* 1. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas na Escritura de Emissão, neste Contrato e nos demais Documentos da Emissão ou em lei, o Agente Fiduciário obriga-se a:
     + 1. verificar a regularidade da constituição da Cessão Fiduciária, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, em especial, mas sem limitação ao Depósito Inicial Obrigatório e ao Fluxo Mínimo Recebíveis Cartões, conforme o caso, nos termos deste Contrato, do Contrato de Depósito e dos demais Documentos da Emissão;
       2. observar os procedimentos de controle da Cessão Fiduciária, de acordo com o disposto neste Contrato, e na Escritura de Emissão e no Contrato de Depósito;
       3. celebrar os aditamentos a este Contrato nos termos aqui previstos; e
       4. adotar todas as providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos, incluindo a excussão da Cessão Fiduciária, observado o disposto neste Contrato e nos demais Documentos da Emissão.
  2. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste Contrato ou em lei, o Agente de Oneração obriga-se a: NotaOT: Gentileza incluir as obrigações após as definições.

1. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

* 1. Sem prejuízo das demais declarações prestadas na Escritura de Emissão, neste Contrato e nos demais Documentos da Emissão, a Cedente Fiduciante, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, assumindo toda e qualquer responsabilidade prevista na legislação em vigor, declara que: [**Nota SF: Declarações serão atualizadas conforme versão final da Escritura de Emissão, no que for aplicável**]

* + - 1. é uma sociedade devidamente organizada, constituída e validamente existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
      2. os Direitos Cedidos objeto da garantia ora constituída são de sua exclusiva propriedade, e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, alienação, caução, penhor, encargos, gravames, dívidas, dúvidas ou litígios, não havendo quaisquer restrições que impeçam a constituição do ônus aqui previsto, bem como decorrem de operações válidas, exigíveis e efetivamente realizadas pela Cedente Fiduciante;
      3. a Cessão Fiduciária, mediante a realização das formalidades a que se refere este Contrato, estará devidamente constituída e será válida nos termos das leis brasileiras;
      4. não existe, na presente data, qualquer lei ou normativo emitido por qualquer autoridade competente, ou ainda qualquer disposição societária, contratual, convenção ou acordo de acionistas que proíba ou restrinja, de qualquer forma, a constituição da Cessão Fiduciária objeto do presente Contrato de Garantia, exceto nos casos em que foram obtidas as anuências dos respectivos credores;
      5. está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes neste Contrato, conforme o caso;
      6. está apta a cumprir as obrigações previstas neste Contrato, conforme o caso, e agirá em relação à mesma de boa-fé e com lealdade;
      7. não existe, nesta data, qualquer ação, demanda ou processo, administrativo ou judicial, ou ainda controvérsias, dúvidas e/ou contestações de qualquer espécie pendentes contra a Cedente Fiduciante, na qual esteja envolvida ou seja parte interessada, que, de qualquer forma, impliquem ou possa implicar impedimento à celebração do presente Contrato de Garantia;
      8. está devidamente autorizada, obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive societárias e regulatórias e possui plena capacidade e autoridade para celebrar o presente Contrato de Garantia e realizar todas as operações aqui previstas e cumprir todas as obrigações por ela assumidas, tendo tomado todas as medidas de natureza societária necessárias para autorizar a sua celebração;
      9. a presente Cessão Fiduciária constitui-se obrigação válida e eficaz da Cedente Fiduciante, exequível de acordo com os seus respectivos termos, com força de título executivo extrajudicial, nos termos da lei;
      10. seus representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários para assumir, em nome da Cedente Fiduciante, as obrigações neles previstas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
      11. este Contrato e os demais Documentos da Emissão, bem como as obrigações da Cedente Fiduciante neles previstas, e as obrigações decorrentes das declarações prestadas pela Cedente constituem obrigações legais, válidas, vinculantes, eficazes e exigíveis da Cedente, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
      12. a celebração, os termos e condições deste Contrato e o cumprimento das obrigações aqui previstas e a constituição da Garantia, conforme o caso: **(a)** não infringem o estatuto social da Emissora e/ou da Garantidora; **(b)** não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou a Garantidora seja(m) parte(s) e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito, incluindo, mas sem limitação, contratos ou instrumentos com credores da Emissora e/ou da Garantidora, notadamente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES[, exceto nos casos em que foram obtidas as anuências dos respectivos credores]; **(c)** não resultarão em: **(i)** vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou a Garantidora seja(m) parte(s) e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito, incluindo, mas sem limitação, contratos ou instrumentos com credores da Emissora e/ou da Garantidora, notadamente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES[, exceto nos casos em que foram obtidas as anuências dos respectivos credores]; ou **(ii)** rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; **(d)** não resultarão na criação de qualquer “**Ônus**” (assim entendido como: hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima) sobre qualquer ativo da Emissora e/ou da Garantidora, exceto pela Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; **(e)** não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Emissora e/ou a Garantidora e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; **(f)** não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou a Garantidora e/ou qualquer de seus ativos; e **(g)** não exigem qualquer consentimento, ação ou autorização de qualquer natureza que já não tenha sido obtida pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme o caso;

* + - 1. responsabiliza-se pela existência, exigibilidade, ausência de vícios e legitimidade dos Direitos Cedidos;
      2. possui todos os poderes e capacidades nos termos da lei necessários para ceder e transferir a propriedade fiduciária dos respectivos Direitos Cedidos aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário;
      3. todos os mandatos outorgados nos termos deste Contrato o foram como condição do negócio ora contratado, em caráter irrevogável e irretratável nos termos dos artigos 684 e 685 do Código Civil;
      4. está, assim como suas controladas, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados nas esferas administrativa e/ou judicial, cuja exigibilidade e/ou aplicabilidade esteja suspensa;
      5. cumpre, assim como suas controladas, as Leis Socioambientais;
      6. observa e suas controladas observam a legislação em vigor, em especial as Leis Socioambientais, para que: **(a)** não utilizem, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; **(b)** os trabalhadores da Emissora, da Cedente e de suas respectivas controladas estejam devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; **(c)** cumpram as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; **(d)** cumpram a legislação aplicável à proteção do meio ambiente, bem como à saúde e segurança públicas; **(e)** detenham todas as permissões, licenças, autorizações e aprovações necessárias para o exercício de suas atividades, em conformidade com a legislação ambiental aplicável; e **(f)** tenham todos os registros necessários, em conformidade com a legislação civil e ambiental aplicável;
      7. possui, assim como suas controladas, válidas, regulares e em vigor todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas que, comprovadamente, estejam em processo tempestivo de renovação, nos termos da legislação aplicável e/ou tenham sido questionadas nas esferas administrativa e/ou judicial e cuja ausência não possam causar um Efeito Adverso Relevante;
      8. cumpre e faz cumprir, por suas controladas e/ou coligadas, controladores, administradores e empregados enquanto agindo em nome e benefício da Emissora, de suas Controladas e/ou coligadas e de Controladores, as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma das Leis Anticorrupção, na medida em que: **(a)** envida seus melhores esforços para manter políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; **(b)** envida seus melhores esforços para dar pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais e subcontratados que venham a se relacionar com a Emissora e/ou com a Garantidora, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Emissão; e **(c)** abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não;

* + - 1. inexiste contra a Cedente Fiduciante e suas respectivas Afiliadas, investigação, inquérito ou procedimento administrativo ou judicial relacionado a práticas contrárias às Leis Anticorrupção;
      2. os Recebíveis Cartões são originados de negócios comerciais legítimos e existentes e são devidamente constituídos de acordo com a legislação e regulamentação brasileiras;
      3. tem completa ciência de que a presente Cessão Fiduciária abrange os Recebíveis Cartões relativos a todas as Credenciadoras (e subcredenciadoras) com quem tenha relacionamento na presente data ou venha a ter no futuro, bem como de todas as transações com o uso de instrumentos de pagamento pré ou pós-pagos (cartões crédito) nos Estabelecimentos da Cedente, nos termos previstos neste Contrato; **[Nota SF: Não especificação das bandeiras sob validação dos Coordenadores] [Notas: a validar com o agente de garantias, mas as travas são usualmente feitas por cnpj+bandeiras – de forma que precisaria ser especificado]**
      4. na presente data, possui relacionamento somente com as Credenciadoras (e subcredenciadoras) listadas no **Anexo III** deste Contrato, e os Estabelecimentos da Cedente listados no **Anexo II** representam todos os seus estabelecimentos comerciais cujos recebíveis serão objeto da presente garantia.
  1. A Cedente Fiduciante, de forma irrevogável e irretratável, se obriga a indenizar o Agente Fiduciário e os Debenturistas, conforme aplicável, por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados em razão da falsidade, inconsistência, incorreção e/ou insuficiência de qualquer das declarações prestadas, nos termos da Cláusula 9.1 acima.
  2. Sem prejuízo das demais declarações previstas neste Contrato e nos Documentos da Emissão, o Agente Fiduciário, neste ato, declara que:

* + - 1. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade limitada, de acordo com as leis brasileiras;
      2. está devidamente autorizado a celebrar este Contrato e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
      3. as pessoas que o representam na assinatura deste Contrato têm poderes bastantes para tanto;
      4. que este Contrato constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
      5. aceitar integralmente o presente Contrato, bem como todas as suas respectivas cláusulas e condições;
      6. que a celebração deste Contrato e o cumprimento de suas obrigações nele previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
      7. observa e cumpre e faz com que suas Afiliadas e seus diretores, funcionários e membros de conselho de administração, se existentes, observem e cumpram as normas relativas a atos de corrupção em geral, nacionais e estrangeiras, incluindo, mas não se limitando aos previstos nas Normas Anticorrupção, bem como se abstém de praticar quaisquer atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; e
      8. inexiste contra si e suas Afiliadas, investigação, inquérito ou procedimento administrativo ou judicial relacionado a práticas contrárias às Normas Anticorrupção.

1. NOMEAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

* 1. Observado o disposto nas cláusulas 7.7 e seguintes acima, a Cedente Fiduciante e a Emissora, neste ato, outorgam ao Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos dos artigos 684 e 685 do Código Civil, como condição do presente negócio e até que as Obrigações Garantidas tenham sido integralmente cumpridas, instrumento de mandato na forma do Anexo I ao presente Contrato, conforme artigo 653 do Código Civil Brasileiro, nomeando-o como procurador a fim de que este possa exercer as atividades descritas em referido instrumento de mandato.

1. TÉRMINO E LIBERAÇÃO

* 1. O presente Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título, começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá íntegra, válida e eficaz até: (i) o pleno e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, conforme atestado pelo Agente Fiduciário por meio de termo de liberação de garantia a ser enviado à Cedente Fiduciante e à Emissora, observado o disposto na Cláusula 11.2 abaixo, quando o presente Contrato ficará resolvido de pleno direito, independentemente da anuência da Cedente Fiduciante ou da Emissora; ou (ii) que a Cessão Fiduciária objeto deste Contrato seja totalmente excutida e os Debenturistas tenham recebido o produto da excussão de forma definitiva e incontestável, o que ocorrer primeiro, data em que o presente Contrato resolver-se-á de pleno direito.

* 1. O Agente Fiduciário obriga-se, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data da quitação integral de todas as Obrigações Garantidas, a fornecer para a Cedente Fiduciante termo de liberação para que a Cedente Fiduciante possa efetuar a liberação da Cessão Fiduciária nos termos deste Contrato de Garantia.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS
   1. Execução Específica. Para os fins do presente Contrato, de forma que caso quaisquer das disposições deste não sejam cumpridas de acordo com seus termos, o Agente Fiduciário poderá buscar a execução específica das obrigações, nos termos da legislação aplicável.
   2. Título Executivo. Este instrumento é reconhecido pelas Partes como título executivo para todos os fins e efeitos de direito consoante disposto no artigo 784, inciso III, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada (“**Código de Processo Civil**”), e constituirá título hábil para instruir a execução de quaisquer obrigações deste.
      1. Os Debenturistas poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações de fazer e não fazer aqui assumidas pela Cedente Fiduciante, com fundamento no artigo 497 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do pedido de execução da obrigação de fazer ou não fazer, com fundamento nos artigos 814 e seguintes do Código de Processo Civil.
   3. Obrigações Adicionais.As Partes obrigam-se a celebrar quaisquer outros documentos ou contratos e, sujeitos aos termos e condições aqui previstos, a praticar todos os atos que forem razoavelmente necessários ou recomendáveis para a conclusão das operações previstas neste Contrato.
   4. Cessão.A Cedente Fiduciante não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, a qualquer terceiro qualquer de seus direitos e/ou obrigações previstos neste Contrato, no todo ou em parte, sem o consentimento prévio, por escrito, do Agente Fiduciário, se assim deliberado pelos Debenturistas em sede de assembleia geral.
   5. Independência das Cláusulas. Se qualquer disposição deste Contrato for considerada nula, anulável, inválida, ou inoperante, nenhuma outra disposição deste Contrato será afetada como consequência disso e, portanto, as disposições restantes deste Contrato permanecerão em pleno vigor e efeito como se tal disposição nula, anulável, inválida, ou inoperante, não estivesse contida neste Contrato.

* 1. Comunicações.Todas as notificações, avisos ou comunicações relativas ao presente Contrato deverão ser feitas por escrito, e enviadas via e-mail, devendo, caso se trate de instrução a qualquer Parte, conter um anexo assinado pelos representantes legais da respectiva Parte. Caso seja enviada por intermédio do Cartório de RTD, a via física deverá ser enviada nos endereços abaixo:
     + 1. Para a Cedente Fiduciante:

**CORPÓREOS – SERVIÇOS TERAPÊUTICOS S.A.**

Avenida dos Eucaliptos, nº 762, Indianópolis São Paulo, SP

At.: Leonardo Moreira Dias Correa  
Tel.: (11) 99189-2017  
E-mail: [leonardo.correa@espacolaser.com.brx](mailto:leonardo.correa@espacolaser.com.brx)

* + - 1. Para o Agente Fiduciário:

**SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Rua Joaquim Floriano, 466 – Bloco B, Sala 1401, Itaim Bibi

São Paulo/SP

At.: Carlos Alberto Bacha / Matheus Gomes Faria / Rinaldo Rabello Ferreira

Telefone: (11) 3090-0447

E-mail: spestruturacao@simplificpavarini.com.br

* + - 1. Para o Agente de Oneração:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** Rua Joaquim Floriano, 1052, 13º andar, Sala 132 – Parte, CEP 04.534-004– São Paulo, SP

At.: Sr. Antonio Amaro

Telefone: (21) 3514-0000

E-mail: sqgarantias@oliveiratrust.com.br

* + - 1. Para a Emissora:

**MPM CORPÓREOS S.A.**

Avenida dos Eucaliptos, nº 762, sala 02, Indianópolis

CEP 04517-050, São Paulo/SP

At.: Leonardo Moreira Dias Correa

Tel.: (11) 99189-2017

E-mail: leonardo.correa@espacolaser.com.br

* + 1. As comunicações referentes a este Contrato serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas quando da data da confirmação de entrega. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.
  1. Renúncia.O atraso ou tolerância de qualquer das Partes em relação aos termos deste Contrato não deverá ser interpretado como renúncia ou novação de nenhum dos termos e não deverá afetar de qualquer modo o presente Contrato. Qualquer renúncia ou novação concedida por uma Parte com relação aos seus direitos previstos neste Contrato somente terá efeito se formalizado por escrito.
  2. Legislação Aplicável.O presente Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.
  3. Efeito Vinculativo.Este Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, constituindo obrigação válida e vinculante entre as Partes e seus sucessores a qualquer título, sendo exequível em conformidade com os seus respectivos termos.
  4. Datas. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso no presente Contrato, entende-se por “**Dia(s) Útil(eis)**” qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingo, feriados declarados nacionais. Quando a indicação de prazo por dia não vier acompanhada da indicação de “**Dia Útil**”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.
  5. Foro. As Partes elegem o foro da Comarca São Paulo do Estado São Paulo, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer controvérsia oriunda do presente Contrato.
  6. A Cedente Fiduciante e/ou a Emissora suportarão todos e quaisquer tributos, encargos, despesas, ônus e quaisquer outros custos que venham a ser pagos ou devidos pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em razão do presente Contrato, especialmente aqueles decorrentes da efetivação, manutenção e extinção da cessão fiduciária em garantia prevista neste Contrato (incluindo, mas não se limitando, as despesas com os registros mencionados na Cláusula 5).
  7. Fica desde já dispensada a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre: (i) a correção de erros materiais, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético, (ii) alterações a Escritura de Emissão e/ou a este Contrato já expressamente permitidas nos termos dos respectivos documentos, (iii) alterações a a Escritura de Emissão e/ou a este Contrato em razão de exigências formuladas pela CVM, pela B3, ou (iv) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que as alterações ou correções referidas nos itens (i), (ii), (iii) e (iv) acima, não possam acarretar qualquer prejuízo aos Debenturistas ou qualquer alteração no fluxo das Debêntures, e desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.
  8. As Partes afirmam e declaram que este Contrato poderá ser assinado com certificado digital da ICP-Brasil, nos termos do art. 10, parágrafo 2º da MP 2200-2/2001, e do artigo 6º do Decreto nº 10.278/2020, sendo as assinaturas consideradas válidas, vinculantes e executáveis, desde que firmadas pelos representantes legais das Partes. As Partes renunciam à possibilidade de exigir a troca, envio ou entrega das vias originais (não-eletrônicas) assinadas deste Contrato, bem como renunciam ao direito de recusar ou contestar a validade das assinaturas eletrônicas, na medida máxima permitida pela legislação aplicável.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam as partes este instrumento, de forma eletrônica, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [●] de [setembro] de 2022.

*(As assinaturas seguem na página seguinte.)*

*(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)*

*(Página de assinatura 1/5 do Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Direitos Sobre Contas Vinculadas em Garantia e Outras Avenças, celebrado entre Corpóreos – Serviços Terapêuticos S.A., Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com a interveniência e anuência da* *MPM Corpóreos S.A.)*

**CORPÓREOS – SERVIÇOS TERAPÊUTICOS S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Nome:  Cargo: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Nome:  Cargo: |

*(Página de assinatura 2/5 do Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Direitos Sobre Contas Vinculadas em Garantia e Outras Avenças, celebrado entre Corpóreos – Serviços Terapêuticos S.A., Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com a interveniência e anuência da* *MPM Corpóreos S.A.)*

**SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Nome:  Cargo: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Nome:  Cargo: |

*(Página de assinatura 3/5 do Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Direitos Sobre Contas Vinculadas em Garantia e Outras Avenças, celebrado entre Corpóreos – Serviços Terapêuticos S.A., Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com a interveniência e anuência da* *MPM Corpóreos S.A.)*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Nome:  Cargo: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Nome:  Cargo: |

*(Página de assinatura 4/5 do Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Direitos Sobre Contas Vinculadas em Garantia e Outras Avenças, celebrado entre Corpóreos – Serviços Terapêuticos S.A., Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com a interveniência e anuência da* *MPM Corpóreos S.A.)*

**MPM CORPÓREOS S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Nome:  Cargo: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Nome:  Cargo: |

## 

*(Página de assinatura 5/5 do Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Direitos Sobre Contas Vinculadas e Outras Avenças, celebrado entre Corpóreos – Serviços Terapêuticos S.A., Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com a interveniência e anuência da* *MPM Corpóreos S.A.*

Testemunhas:

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Nome:  CPF/ME: | 2. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Nome:  CPF/ME: |

# ANEXO I

# MODELO DE PROCURAÇÃO

Por meio deste instrumento particular de procuração,

**CORPÓREOS – SERVIÇOS TERAPÊUTICOS S.A.,** sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida dos Eucaliptos, nº 762, Indianópolis, CEP 04517-050, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“**CNPJ/ME**”) sob o nº 08.845.676/0001-98, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“**JUCESP**”) sob o NIRE 35.300.518.250, neste ato representada por seu representante legal devidamente constituído nos termos de seu estatuto social e identificado na página de assinatura deste instrumento(“**Cedente Fiduciante**” ou “**Cedente**”); e **MPM CORPÓREOS S.A.**, sociedade por ações, com registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida dos Eucaliptos, nº 762, sala 02, Indianópolis, CEP 04517-050, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 26.659.061/0001-59, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESP sob o NIRE 35.300.498.607, neste ato representada por seu representante legal devidamente constituído nos termos de seu estatuto social e identificado na respectiva página de assinatura deste instrumento (“**Emissora**” e, em conjunto com a Cedente, simplesmente “**Outorgantes**”);

Nomeiam como sua bastante procuradora, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos dos artigos 684 e 685 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a:

**SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,** instituição financeira constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001-88 (“**Agente Fiduciário**”), na qualidade de representante dos titulares das Debêntures (conforme definidas abaixo);

Como condição da eficácia do “*Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Direitos Sobre Contas Vinculadas em Garantia e Outras Avenças*” celebrado em [●] de [setembro] de 2022, entre a Cedente, na qualidade de cedente fiduciante o Agente Fiduciário, com a interveniência e anuência da Emissora (“**Contrato de Garantia**”), no âmbito da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da Emissora (“**Debêntures**”), emitidas nos termos do “*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da MPM Corpóreos S.A.”* celebrada em [●] de [setembro] de 2022, entre a Emissora e o Agente Fiduciário e a Cedente Fiduciante (“**Escritura de Emissão**”), conferir, ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos titulares das Debêntures, poderes amplos a fim de que:

praticar atos para proceder ao registro e/ou averbação da Cessão Fiduciária, assinando formulários, pedidos e requerimentos;

praticar qualquer ato (inclusive atos perante qualquer terceiro ou qualquer órgão público) com o objetivo de preservar todos os seus direitos estabelecidos no Contrato e de defender e preservar os Direitos Cedidos;

exclusivamente caso, nos termos da Escritura de Emissão, seja caracterizado o vencimento antecipado das Debêntures e/ou caso, na Data de Vencimento (conforme definida no Contrato), as Obrigações Garantidas (conforme definidas no Contrato) não tenham sido quitadas, as Outorgantes garantem ao Agente Fiduciário poderes para, durante a vigência e de acordo com os termos do Contrato:

* 1. assinar todos e quaisquer instrumentos e praticar todos os atos perante qualquer terceiro ou autoridade governamental que sejam consistentes com os termos do Contrato de Garantia e necessários para a consecução dos objetivos estabelecidos no Contrato de Garantia, incluindo, mas não se limitando a, notificar, comunicar e/ou, de qualquer outra forma, informar terceiros sobre a Cessão Fiduciária (conforme definida no Contrato de Garantia), bem como tomar posse, reter, alienar, cobrar, receber, imediatamente ceder ou de outro modo alienar e entregar os Direitos Cedidos (conforme definidos no Contrato de Garantia), no todo ou em parte;
  2. utilizar os recursos oriundos da venda dos Direitos Cedidos na amortização ou, se possível, liquidação das Obrigações Garantidas devidas e não pagas e de todos e quaisquer tributos e despesas incidentes sobre a excussão da Cessão Fiduciária, entregando, ao final, à Cedente o que porventura sobejar;
  3. movimentar as Contas Vinculadas e receber quaisquer recursos e rendimentos dos Direitos Cedidos ou quaisquer montantes devidos com relação às mesmas para pagamento das Obrigações Garantidas; e
  4. praticar qualquer ato e firmar qualquer instrumento necessário ao bom e fiel cumprimento deste mandato nos termos e para os fins do Contrato de Garantia, sendo-lhe conferido todos os poderes que lhe são assegurados pela legislação vigente, inclusive os poderes "*ad judicia*" e "*ad negotia*", incluindo ainda todos os poderes que lhe são assegurados pela legislação vigente.

A procuração ora outorgada não poderá ser substabelecida, será irrevogável e vigorará pelo prazo de 1 (um) ano contado desde a data de sua assinatura.

As Outorgantes obrigam-se a renovar a procuração ora outorgada, anualmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do seu vencimento, **(i)** até o pleno e integral cumprimento das Obrigações Garantidas; ou **(ii)** até que a Cessão Fiduciária objeto do Contrato de Garantia seja totalmente excutida e os titulares das Debêntures tenham recebido o produto dos Direitos Cedidos de forma definitiva e incontestável, o que ocorrer primeiro.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula terão o mesmo significado que lhes for atribuído nesta procuração ou, se não definidos, no Contrato de Garantia.

[local], [data].

**[•]**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Nome:  Cargo: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Nome:  Cargo: |

# ANEXO II

# RELAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS

# [Nota SF: Companhia, favor incluir Relação dos Estabelecimentos]

|  |  |
| --- | --- |
| **CNPJ** | **ENDEREÇO** |
| (incluir) | (incluir) |

# ANEXO III

# RELAÇÃO DAS CREDENCIADORAS E DOS CONTRATOS DE AFILIAÇÃO

# [Nota SF: Companhia, favor incluir Relação das Credenciadoras e dos Contratos de Afiliação]

# ANEXO IV

# MODELO DE ADITAMENTO

# [Nota SF: Modelo de aditamento a ser inserido oportunamente] NotaOT: Gentileza confirmar, pois quando há trava de domicílio bancário, todos os recebíveis cairão na CV e não um percentual específico.

# ANEXO V

# Notificação de Domicílio

# [Nota SF: Modelo de Notificação de Domicílio a ser inserido oportunamente]

# ANEXO VI

**Descrições das onerações que deverão ser observadas pelo Agente de Oneração *referentes aos Direitos Creditórios oriundos de recebíveis de cartão dos Estabelecimentos Comerciais relacionados no* Anexo II**

|  |  |
| --- | --- |
| CNPJ da Cedente/Devedor | Todos os CNPJs disponíveis no Anexo II |
| CNPJ das Credenciadoras ou Subcredenciadoras | (incluir dados da credenciadora) |
| Conta vinculada | (incluir dados da conta vinculada) |
| Valor Mínimo a ser onerado/ valor a ser onerado | (incluir o percentual a ser considerado pelo agente de oneração) |
| Identificação do Arranjo de Pagamentos | (incluir quais serão as bandeiras ex: Visa, Mastercard ou uma informação genérica de todas as bandeiras, caso seja de fato todas as bandeiras disponíveis) |
| Data de início de vigência | (incluir) |
| Data de término de vigência | Até o cumprimento integral e pontual das Obrigações Garantias da Emissora. |